

# A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI

*THE EVOLUTION OF ECONOMIC DEVELOPMENT INDICATORS IN THE REGION OF COREDE  
MÉDIO ALTO URUGUAI*

**João Victor Mattana** 

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, RS, Brasil, joaovictormattana03@gmail.com

**Ernane Ervino Pfuller** 

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, RS, Brasil, ernane-pfuller@uergs.edu.br

**Aaron Concha Vázquez Hengles** 

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, RS, Brasil, hengles@gmail.com

**Tanice Andreatta** 

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, Brasil, tani.andreatta@hotmail.com

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/gesto.v6i2.2370>

Recebido em: 12/09/2017

Aceito em: 23/10/2018

---

**Resumo:** A discussão em torno do desenvolvimento é complexa e faz parte dos debates entre diferentes agentes na sociedade. Neste trabalho é examinada a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico e o seu reflexo sobre as desigualdades sociais na região do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Médio Alto Uruguai. Foi realizada uma pesquisa aplicada, com abordagem quali-quantitativa, objetivos descritivo-exploratórios e procedimentos bibliográficos para analisar dados secundários referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010 e verificar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do índice de Gini de concentração de renda. Os resultados encontrados evidenciam que o Corede Médio Alto Uruguai apresentou evolução significativa no período de 1991 a 2010, tanto no índice de desenvolvimento humano, quanto no de concentração de renda, mesmo quando comparados aos resultados agregados, em escalas nacional e estadual. Esse desempenho é deveras importante, pois indica uma melhoria da gestão municipal e delinea subsídios promissores para o planejamento e a implementação futura de políticas públicas adequadas às realidades locais.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. IDHM. Coeficiente de Gini.

**Abstract:** The discussion about development is complex and is part of the debates between different actors in society. This paper examines the evolution of economic development indicators and their reflection on social inequalities in the region of the Regional Development Council (Corede) Médio Alto Uruguai. An applied research was conducted with a qualitative-quantitative approach, descriptive-exploratory objectives and bibliographic procedures to analyze secondary data referring to the years of 1991, 2000 and 2010 and to verify the evolution of the Municipal Human Development Index (IDHM) and the Gini index of income concentration. The results show that Corede Médio Alto Uruguai presented a significant evolution in the period 1991 to 2010, both in the human development index and in the income concentration, even when compared to the aggregate results, at national and state scales. This performance is very important because it indicates an improvement of municipal management and delineates promising subsidies for the planning and future implementation of public policies suited to local realities.

**Keywords:** Public policy. IDHM. Gini coefficient.

## 1 Introdução

O desenvolvimento é uma questão que faz parte das discussões dos mais diversos agentes, sejam eles políticos, sociais, econômicos, instituições de ensino, organizações não

governamentais, entre outros. De acordo com Orlowski (2005) estes agentes buscam entender e promover o desenvolvimento, visto como a evolução de uma determinada condição para outra mais avançada, em que o crescimento econômico seja acompanhado de melhores condições de vida para a população.

O desenvolvimento faz parte do rol de temáticas com elevado grau de importância, vigência e abrangência da atualidade. Este protagonismo do debate em torno do tema se confirma com a crescente inserção das teorias, terminologias, práticas e ações que permeiam esta seara em diferentes círculos da sociedade, da sua cultura ao sistema de produção dominante e das ideologias políticas à relação humana como meio (KUNZ; ARAÚJO; VITORIANO, 2014).

Em uma perspectiva mais ampla, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesse contexto, Sen (2000) pondera que o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais, de um modo geral, pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. No entanto, as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). Analisar o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas implica em dirigir a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que desempenham um papel relevante no processo.

Nessa mesma abordagem, Veiga (2010) observa que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Para o autor, para que se tenha desenvolvimento é elementar que o indivíduo tenha uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.

Machado e Vieira (2016) identificam que, no decorrer das últimas décadas, é possível observar que o ideal de vida social e cultural, linear às dimensões econômicas e materiais, tem sido rejeitado. Nessa direção, ganha escopo o entendimento de desenvolvimento humano ou social baseado em modelos tradicionais de crescimento e, também, da análise da perspectiva de como tal crescimento influencia a vida das pessoas. Desse modo, é aceitável falar em crescimento econômico, desde que seja debatido de que modo a sociedade participa e se beneficia dele.

Nesse sentido, aumentou significativamente o interesse do Estado em fomentar a maturação da economia e, conseqüentemente, surgiu a necessidade da elaboração de índices com a finalidade de acompanhar as alterações socioeconômicas. Para distribuição de renda, por exemplo, utiliza-se o coeficiente de Gini que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Para mensurar o grau de desenvolvimento de uma economia, é utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – e o Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM), no caso dos municípios – que abrangem três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (BERNARDELLI; SORGI, 2016).

No presente estudo utilizou-se como recorte regional de análise o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Médio Alto Uruguai. De acordo com Girardi et. al. (2010), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES – constituem um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento com sustentabilidade.

Segundo esses autores, o principal objetivo dos referidos conselhos é a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações dos governos na região, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem na região, e a preservação e recuperação do meio ambiente, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha. Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul é composto de vinte e oito Coredes, que foram organizados e constituídos com base na localização geográfica e nas suas potencialidades socioeconômicas.

Desse modo, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico e o seu reflexo sobre as desigualdades sociais na região circunscrita pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Médio Alto Uruguai.

## **2 Desenvolvimento econômico**

Discussões acerca dos conceitos entre crescimento e desenvolvimento são bastante difundidas no meio acadêmico. Para alguns, o crescimento é considerado um sinônimo do desenvolvimento. Para outros, o crescimento é a condição indispensável para o alcance do desenvolvimento, mas não condição suficiente (MACHADO; VIEIRA, 2016).

Com efeito, inicialmente o conceito de desenvolvimento foi utilizado como sinônimo de crescimento econômico, mas em função do seu significado e da sua abrangência extrapolou rapidamente as fronteiras da economia, sendo interpretado de forma complementar ou diferenciada em outras áreas científicas (SIEDENBERG, 2003).

Nesse contexto, verifica-se, já na metade do século XX, um processo incipiente de inclusão de outros fatores ao até então difundido indicador do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Inclusive, já em 1954, um grupo de cientistas sociais vinculados à Organização das Nações Unidas sugeria a necessidade de atrelar ao PIB alguns indicadores da área da saúde, educação, ocupação e habitação para melhor definir o desenvolvimento (SIEDENBERG, 2003).

A esse respeito, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017) conceitua o desenvolvimento como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades de se tornarem aquilo que desejam ser. Essa perspectiva é contrária à do crescimento econômico, que considera o bem-estar de uma população exclusivamente pelos recursos ou pela renda que ela pode obter e se orienta diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, no âmbito de uma abordagem mais abrangente.

Bresser-Pereira (2006) entende o desenvolvimento econômico como sendo um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua

revolução capitalista; e que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos, para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos. Pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento.

O desenvolvimento também pode ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A esse respeito, Sen (2000) apresenta a concepção de que as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, é preciso entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar-se uns aos outros; e não precisam ser vistos, sobretudo, como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento (SEN, 2000).

Veiga (2010) menciona que o objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. Em outras palavras, o desenvolvimento humano significa alargar as escolhas humanas, atribuindo maior destaque à riqueza da vida humana e não simplesmente à riqueza das economias.

Para Oliveira (2002) o desenvolvimento nada mais é que o crescimento, ou seja, incrementos positivos no produto/renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer, dentre outras.

O desenvolvimento econômico requer um ritmo de crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento populacional, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. Dessa forma, o crescimento apresenta-se como fator chave para a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. Entretanto, mais detalhadamente, a questão é saber como as variações do crescimento econômico são distribuídas entre a população e se são frutos de investimentos em educação, habitação e em outros fatores que contribuem para a melhoria de vida da população (MACHADO; VIEIRA, 2016).

Nesse sentido, Veiga (2010) define desenvolvimento econômico como sendo o desenvolvimento que se caracteriza pelo projeto social subjacente. E, quando o projeto social

prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Desse modo, o desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram. Sobre isso, Siedenberg (2003) observa que a consolidação do conceito de desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas, logo trouxe à tona o desafio da sua mensuração, ou seja, de como aferir o desenvolvimento.

### **3 Indicadores de desenvolvimento econômico**

Indicadores são medidas de comportamento e de desenvolvimento de sistemas complexos que fornecem uma confiável síntese dos resultados identificados. As relações entre o padrão de respostas e o conjunto de indicadores de sistemas, permite a previsão de condições futuras. Tais relações devem indicar, por meio de medidas, as modificações que podem ocorrer em um determinado ambiente, devido às mudanças determinadas pela ação antrópica. (FRANCO; ANUNCIATO, 2016).

Para esses mesmos pesquisadores, o indicador de caráter social pode servir como elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidencia empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social torna-se instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini e proporção de crianças matriculadas em escolas são, nesse sentido, indicadores sociais, ao traduzirem em cifras tangíveis e operacionais das várias dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social.

Machado e Vieira (2016), alertam que o uso difundido de indicadores econômicos e o foco simplesmente em indicadores econômicos, não são capazes de refletir, totalmente, condições de melhora ou piora na qualidade de vida de uma população. Esses autores, também chamam a atenção para a disseminação de debates sobre como as pessoas têm sido afetadas pelo processo de desenvolvimento, ou seja, se os acréscimos no produto e na renda total têm resultado efetivamente na promoção de desenvolvimento humano.

A esse respeito, Siedenberg (2003) pontua o debate acerca da correta contextualização dos indicadores de desenvolvimento, considerando que uma medida estatística representativa somente se configura como um indicador de desenvolvimento, quando se insere num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo significado. Ou seja, indicadores de desenvolvimento são, na melhor das hipóteses, apenas variáveis representativas de aspectos parciais de determinados processos de desenvolvimento em contextos bem específicos.

Para Veiga (2010), os indicadores sintéticos devem ser utilizados com parcimônia, onde os usuários possam examinar inclusive o conjunto de tabelas estatísticas que os acompanham, para que assim todas as dimensões do desenvolvimento sejam consideradas, de modo que as principais contradições sejam enfatizadas. Esse autor prossegue enfatizando que a maior dificuldade encontrada para se medir o desenvolvimento reside na natureza necessariamente multidimensional do processo de desenvolvimento.

No que se refere aos indicadores de desenvolvimento, Siedenberg (2003) aponta que, com muita frequência, eles são apresentados como um valor estatístico em si, desvirtuando o sentido do próprio conceito: um indicador expressa algo que ele mesmo não é. Dessa forma, a sua significância poderia ser questionável em face de não estar fundamentada e contextualizada. Daí, depreende-se que indicadores são instrumentos auxiliares de análises e só têm sentido quando vinculados às teorias e métodos que lhes dão sustentação.

Considerando as ressalvas citadas, ainda vale enfatizar a relevância apresentada pelos indicadores de desenvolvimento econômico, como instrumentos de verificação e comparação na implementação de políticas públicas; e para indicar o atingimento ou não de determinado objetivo de uma estratégia de desenvolvimento. Sobre isso, Franco e Anunciato (2016) entendem que os indicadores sejam medidas dos processos de produção, que podem servir como resumo de resultados de ambientes complexos, de maneira a contribuir para o desenvolvimento de políticas de redução da desigualdade social e da pobreza, uma vez que o principal usuário é o próprio governo, como também, empresas que buscam estratégias de sustentabilidade e consumidores que se preocupam com questões relacionadas às atividades econômicas.

#### **4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

De acordo com Machado e Vieira (2016), desde os anos 90 vem se reconhecendo o quanto é fundamental a produção de informações para mensurar o desempenho de países e regiões, com relação à evolução de temas econômicos, sociais e ambientais.

Nesse sentido, o tratamento dado à ideia de desenvolvimento, no limiar do século XXI, por Amartya Sen vencedor do Prêmio Nobel, foi um aprimoramento da contribuição que ele ofereceu no final dos anos 1980 ao PNUD. Assim, juntamente com outros dez consultores internacionais, Sen foi convidado pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq, para debater a questão acerca de como se poderia aferir ou medir o desenvolvimento. Em razão disso, Mahbud, um dos idealizadores do relatório de desenvolvimento humano, que o PNUD publica desde 1990, demonstrava interesse em elaborar um indicador sintético capaz de fornecer a seus usuários uma espécie de hodômetro do desenvolvimento (VEIGA, 2010). Essa manifestação é considerada como a origem do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A respeito dessa relação, o PNUD admite que o IDH é um ponto de partida, considerando que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e complexo do que qualquer medida sumária possa captar, mesmo quando complementada com outros índices. Não obstante, o IDH permite ilustrar a diferença entre rendimento e bem-estar (VEIGA, 2010).

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2017), o IDH é um indicador genérico e sintético utilizado com o intuito de classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida das nações, variando em uma escala que vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Sobre isso, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) consta que a popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH, como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao PIB, hegemônico à época como medida de desenvolvimento.

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde; ter acesso ao conhecimento – educação; e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2017).

Assim, conforme Scarpin (2006), o IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano que mensura a realização média de um país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida ao nascer; o conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço); e um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita.

Desde 2010, novas metodologias foram incorporadas ao cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados considerando uma vida longa e saudável (saúde), medida pela expectativa de vida ao nascer; o acesso ao conhecimento (educação), medido pela média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber, se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; e o padrão de vida (renda), medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2017).

Nesse contexto, para Orłowski (2005), o IDH é o índice de qualidade de vida mais difundido e mais utilizado mundialmente para comparar as condições de vida entre a população de diferentes países. É com base neste índice que a ONU desenvolve seus programas, objetivando o combate à pobreza e à melhoria das condições humanas de sobrevivência.

Ainda cabe enfatizar que, a despeito de todos os esforços presentes nas metodologias e abordagens do IDH, ele não atende a todos os aspectos do desenvolvimento, bem como não incorpora a definição de “felicidade” das pessoas, nem demonstra “o lugar mais adequado do mundo para se viver”. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade, entre outras, são algumas das várias esferas do desenvolvimento humano que não são citadas no IDH.

## **5 Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)**

Para mensurar o grau de desenvolvimento humano de um município, é utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, composto pelos três elementos calculados no IDH. A avaliação destes indicadores considera a privação das regiões em relação a cada uma das três variáveis estudadas, mensuradas em uma escala de zero a um (1). Quanto mais próximo de 1, maior o grau de desenvolvimento humano (MACHADO; VIEIRA, 2016).

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o IDHM vai além das dimensões do IDH, adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora mensurem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. O IDHM, incluindo o IDHM Longevidade, o IDHM Educação e o IDHM Renda,

retrata parte da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano, durante duas décadas da história brasileira.

O IDHM é a média geométrica do IDHM Longevidade, do IDHM Educação e do IDHM Renda, aferidos, respectivamente, por uma vida longa e saudável – expressada pela expectativa de vida ao nascer; pelo acesso ao conhecimento – quantificado por meio de dois indicadores: a escolaridade da população adulta, com peso 1, e o fluxo escolar da população jovem, com peso 2; e pelo padrão de vida – representado pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes no município. Todos os dados são extraídos dos Censos Demográficos do IBGE – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Assim, o IDHM é um ajuste metodológico ao IDH global. Mesmo inspirado no IDH global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inerentes aos municípios. Por isso, não há a possibilidade de se realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país, por exemplo – Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2010).

Por último, cabe ressaltar que, quando aplicada a municípios, a média aritmética usada no IDH engloba os municípios prósperos, que apresentam precárias condições sociais, e os com condições sociais dignas, a despeito de serem relativamente carentes (VEIGA, 2010).

## **6 Coeficiente de Gini**

A ligação entre o crescimento econômico e o progresso humano não é automática. De acordo com o disposto no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o crescimento econômico não resulta automaticamente em desenvolvimento da sociedade. Por isso, o crescimento do PIB, acompanhado por uma distribuição equitativa de renda, é fundamentalmente o caminho mais efetivo para sustentar o desenvolvimento humano. Para captar esse fenômeno, é empregado um indicador que mensura o desenvolvimento humano com foco na distribuição de renda, conhecido como coeficiente de Gini.

O Índice de Gini mede o grau de concentração de renda, identificando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos, sendo largamente usado em estudos relacionados ao desenvolvimento econômico, distribuição de renda, bem-estar social e pobreza; e, também, de muitas outras distribuições (FRANCO; ANUNCIATO, 2016).

Para Souza (2009), o coeficiente de Gini é o principal indicador utilizado, inclusive na comparação entre os países, mesmo que apresente algumas limitações, pelo fato de medir a desigualdade dos indivíduos por meio da renda e não do bem-estar.

Um coeficiente de Gini igual a zero indica que a renda é igualmente distribuída entre a população – todos recebem a mesma renda. Já, um índice igual a 1, indica uma desigualdade máxima, que seria o caso de uma pessoa deter a totalidade da renda. Apesar do seu uso consagrado, o coeficiente de Gini possui limitações quanto a sua conceituação, e quanto ao fato da sua mensuração ainda não ter a aprovação integral dos pesquisadores (FERNANDES, 2014).



## 7 Aspectos metodológicos

O estudo realizado é de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa, objetivos descritivo-exploratórios e procedimentos bibliográficos, nos moldes preconizados por Gil (2002).

Os dados de IDHM foram coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), que contém mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), baseados exclusivamente nos Censos Demográficos realizados a cada 10 (dez) anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – sendo este o motivo porque os anos de 1991, 2000 e 2010, foram selecionados para o estudo.

Além dos dados do IDHM também foram utilizados dados sobre o coeficiente de Gini nesses mesmos anos, referentes aos vinte e dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul integrantes do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Médio Alto Uruguai, bem como do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.

## 8 Resultados e análises

A constituição e organização do Corede Médio Alto Uruguai iniciou em julho de 1991. Sua implantação ocorreu após várias reuniões e seminários realizados na região do Médio Alto Uruguai, que culminaram com um grande encontro regional em Frederico Westphalen, em novembro daquele ano, com a presença do governador do estado, que autorizou o processo de organização do Conselho, o qual foi instalado em 1992 (GIRARDI et al., 2010).

Ainda de acordo com esses autores, o Corede Médio Alto Uruguai foi o nono Corede a ser implantado. Sua circunscrição abrange vinte e dois municípios, localizados no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, divisa com o Estado de Santa Catarina; e sua sede está localizada em espaço físico cedido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen.

Na Tabela 1 encontram-se alguns indicadores selecionados dos municípios componentes do Corede Médio Alto Uruguai, referentes ao PIB per capita, população total e área territorial, para os anos de 2014, 2016 e 2015, respectivamente. A escolha desses períodos deve-se à disponibilidade de dados em anos mais recentes.

Tabela 1 – Alguns indicadores dos municípios do Corede Médio Alto Uruguai – anos de 2014, 2015 e 2016

Municípios	PIB <i>per capita</i> (R\$)	População Total	Área territorial (km <sup>2</sup> )
	2014	2016	2015
Alpestre	15.740,75	7.515	324,64
Ametista do Sul	10.701,15	7.346	93,49
Caiçara	17.331,61	4.629	189,20
Cristal do Sul	16.424,55	2.786	97,72

Municípios	PIB <i>per capita</i> (R\$)	População Total	Área territorial (km <sup>2</sup> )
	2014	2016	2015
Dois Irmãos das Missões	39.037,15	2.074	225,68
Ervál Seco	24.786,30	7.648	363,89
Frederico Westphalen	28.653,01	31.199	264,98
Gramado dos Loureiros	18.351,10	2.370	131,40
Iraí	16.813,90	8.042	180,96
Nonoai	22.664,96	12.123	468,91
Novo Tiradentes	18.300,49	2.185	75,40
Palmitinho	22.134,71	7.309	144,05
Pinhal	23.206,38	2.509	68,21
Pinheirinho do Vale	15.699,88	4.513	105,61
Planalto	14.313,29	10.476	230,42
Rio dos Índios	18.328,70	3.191	235,32
Rodeio Bonito	22.598,41	6.078	83,20
Seberi	24.036,66	11.633	301,42
Taquaruçu do Sul	26.861,10	3.053	76,85
Trindade do Sul	22.245,47	6.250	268,42
Vicente Dutra	15.238,18	5.087	193,06
Vista Alegre	21.634,05	2.797	77,46

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2017).

Na Tabela 2, verifica-se que o município de Frederico Westphalen apresentou o IDHM mais elevado do Corede ao longo dos três períodos analisados, sendo 0,54, em 1991; 0,68, em 2000; e 0,76, em 2010. Por outro lado, Cristal do Sul com 0,32, em 1991; e Vicente Dutra com 0,49, em 2000 e 0,64, em 2010, registraram os resultados menos expressivos.

No que tange à evolução entre 1991 e 2010, Cristal do Sul se destacou em relação aos outros municípios do Corede, mais que duplicando seu índice (106,25%). Por sua vez, Frederico Westphalen, com variação de 40,74%, teve a menor evolução no mesmo período, a despeito de sua posição de município mais desenvolvido da região.

Observa-se, também, que em 1991 nove municípios ficaram acima da média do IDHM, três na média e dez abaixo dela. Em 2000, onze municípios situaram-se acima da média, um na média e os outros dez abaixo dela. Já, em 2010, oito municípios ficaram acima da média, dois na média e doze abaixo dela. Por seu turno, o crescimento médio do IDHM de 1991 a 2010, foi de 70,73%.

Esse perfil de crescimento entre os municípios pode estar ligado ao direcionamento e à priorização de recursos – que ocorre de forma mais eficiente em alguns casos e menos em outros – para campos fundamentais como educação, saúde, e geração de oportunidades de emprego, bem como de políticas públicas adequadas à realidade de cada município. Todos os municípios apresentaram crescimento em seus índices, sinalizando melhoramento na qualidade de vida da população, porém falta saber em que grau e em que aspectos. Por isso, sugere-se a

realização de estudos pormenorizados objetivando identificar as maiores fragilidades e forças em cada área e em cada município, visando subsidiar o direcionamento de recursos para as áreas mais críticas, sem negligenciar as demais áreas de interesse da população.

Tabela 2 – Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai – anos de 1991, 2000 e 2010

<b>Município</b>	<b>IDHM 1991</b>	<b>IDHM 2000</b>	<b>IDHM 2010</b>	<b>Variação (%) 2010/1991</b>
Alpestre	0,35	0,52	0,67	91,43
Ametista do Sul	0,39	0,54	0,68	74,36
Caiçara	0,47	0,61	0,70	48,94
Cristal do Sul	0,32	0,52	0,66	106,25
Dois Irmãos das Missões	0,36	0,56	0,67	86,11
Erval Seco	0,43	0,54	0,69	60,47
Frederico Westphalen	0,54	0,68	0,76	40,74
Gramado dos Loureiros	0,34	0,57	0,69	102,94
Iraí	0,47	0,60	0,69	46,81
Nonoai	0,44	0,58	0,70	59,10
Novo Tiradentes	0,41	0,54	0,68	65,85
Palmitinho	0,41	0,62	0,72	75,61
Pinhal	0,40	0,63	0,72	80,00
Pinheirinho do Vale	0,38	0,53	0,71	86,84
Planalto	0,44	0,59	0,69	56,82
Rio dos Índios	0,33	0,51	0,66	100,00
Rodeio Bonito	0,50	0,64	0,73	46,00
Seberi	0,41	0,60	0,72	75,61
Taquaruçu do Sul	0,44	0,59	0,74	68,19
Trindade do Sul	0,38	0,56	0,69	81,58
Vicente Dutra	0,36	0,49	0,64	77,78
Vista Alegre	0,45	0,63	0,74	64,44
Média	0,41	0,57	0,70	70,73

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013); percentuais elaborados pelos autores.

Na Tabela 3, verifica-se que a média nacional e a do Estado do Rio Grande do Sul superaram as dos municípios do Corede, ao longo dos três períodos. A média nacional evoluiu 48,98%, de 1991 a 2010; enquanto que a observada no Rio Grande do Sul, cresceu 38,88%.

Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano Municipal agregados no Brasil, no RS e no Corede Médio Alto Uruguai – anos de 1991, 2000 e 2010

Região	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação (%) 2010/1991
Rio Grande do Sul	0,54	0,66	0,75	38,88
Brasil	0,49	0,61	0,73	48,98
Corede Médio Alto Uruguai	0,41	0,57	0,70	70,73

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013); percentuais elaborados pelos autores.

Com relação ao coeficiente de Gini, constata-se na Tabela 4 que os municípios de Gramado dos Loureiros e de Novo Tiradentes tiveram as menores desigualdades de renda em cada um dos anos investigados; e Dois Irmãos das Missões e Ametista do Sul, acusaram as mais elevadas concentrações de renda em cada período.

No que tange aos municípios com os menores coeficientes de Gini, é provável que os determinantes dos resultados obtidos tenham sido as políticas públicas implementadas com sucesso pelos agentes públicos, bem como o tipo de atividade desenvolvida. Já, nos com coeficientes de Gini mais elevados, essa condição pode redundar no recrudescimento de mazelas sociais em potencial – como a violência, e na maior necessidade da presença do Estado, tornando-se imperiosa a participação do sistema produtivo local no processo de desconcentração de renda e de inclusão social.

A respeito da evolução de 1991 a 2010, o município de Palmitinho destacou-se em relação aos demais, reduzindo o coeficiente em 39,13%, no referido período; e Gramado dos Loureiros, Ametista do Sul e Vista Alegre foram os únicos municípios onde os níveis de concentração de renda não se reduziram. Também, constata-se que em 1991 nove municípios estiveram acima do índice médio, dois se igualaram a ele e onze ficaram abaixo dele. Em 2000, sete municípios situaram-se acima da média, cinco na média e os outros dez abaixo dela. Por fim, em 2010, onze municípios encontravam-se acima da média, três na média e oito abaixo dela. Isso representou uma redução média de 16,95% na concentração de renda, de 1991 a 2010.

De modo geral, neste período, observa-se redução na concentração de renda na região em estudo. Pela dinâmica desse processo pode-se caracterizar que a riqueza dos municípios está mais bem distribuída em 2010, em relação ao seu perfil em 1991, a despeito de alguns municípios persistirem com índices elevados, os quais podem ter sido influenciados pelo tipo de produção praticado.

Esses resultados positivos, em boa parte, podem estar relacionados à implementação de políticas públicas focadas na população de baixa renda, ou seja, programas que tiveram como base a transferência de renda da população mais abastada para as demais. Ainda assim, cabe ponderar que esse período foi de estabilidade econômica, acompanhado de ascensão social dos estratos populacionais mais desfavorecidos economicamente, os quais desfrutaram maior acesso ao consumo e qualidade de vida.

Tabela 4: Coeficientes de Gini nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai – anos de 1991, 2000 e 2010

<b>Município</b>	<b>Coeficiente de Gini – 1991</b>	<b>Coeficiente de Gini – 2000</b>	<b>Coeficiente de Gini – 2010</b>	<b>Variação (%) 2010/1991</b>
Alpestre	0,56	0,59	0,49	- 12,50
Ametista do Sul	0,57	0,57	0,58	1,75
Caiçara	0,67	0,57	0,47	-29,85
Cristal do Sul	0,51	0,52	0,45	-11,76
Dois Irmãos Missões	0,70	0,63	0,50	-28,57
Erval Seco	0,60	0,57	0,52	-13,33
Frederico Westphalen	0,60	0,54	0,47	-21,67
Gramado dos Loureiros	0,44	0,52	0,50	13,64
Iraí	0,61	0,64	0,54	-11,48
Nonoai	0,66	0,62	0,50	-24,24
Novo Tiradentes	0,52	0,47	0,40	-23,08
Palmitinho	0,69	0,54	0,42	-39,13
Pinhal	0,55	0,77	0,45	-18,18
Pinheirinho do Vale	0,65	0,50	0,57	-12,31
Planalto	0,58	0,58	0,44	-24,14
Rio dos Índios	0,55	0,57	0,49	-10,91
Rodeio Bonito	0,55	0,58	0,46	-16,36
Seberi	0,59	0,57	0,52	-11,86
Taquaruçu do Sul	0,64	0,56	0,53	-17,19
Trindade do Sul	0,59	0,55	0,49	-16,95
Vicente Dutra	0,57	0,51	0,50	-12,28
Vista Alegre	0,57	0,48	0,57	0,00
Média	0,59	0,57	0,49	-16,95

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013); percentuais elaborados pelos autores.

Por seu turno, na comparação dos coeficientes de Gini agregados (Tabela 5), as médias do Brasil superaram as médias dos municípios do Corede, ao longo dos três períodos. Isso sugere que existe melhor distribuição de renda no âmbito do Corede, do que no Brasil. A redução média do indicador também foi mais intensa no Corede (-16,95%) do que no Brasil (-4,76%).

Também, na comparação com os índices do Estado – à exceção do primeiro período, no qual eles foram iguais – o Corede apresentou melhores resultados.

Tabela 5 – Coeficientes de Gini agregados no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e no Corede Médio Alto Uruguai – anos de 1991, 2000 e 2010

Região	Coeficiente de Gini – 1991	Coeficiente de Gini – 2000	Coeficiente de Gini – 2010	Variação (%) 2010/1991
Rio Grande do Sul	0,59	0,58	0,54	-8,47
Brasil	0,63	0,64	0,60	-4,76
Corede Médio Alto Uruguai	0,59	0,57	0,49	-16,95

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013); percentuais elaborados pelos autores.

De um modo geral, tanto os indicadores do IDHM como do coeficiente de Gini, apontam para uma possível melhoria das condições de vida, via redução da desigualdade de renda no período considerado. Ainda que os resultados observados tenham sido positivos, é importante considerar que eles refletem, em diferentes graus, as condições sociais e econômicas em cada período analisado; além, de algumas políticas públicas de incentivo à produção e distribuição de renda.

No entanto, a melhoria das condições de vida, seja numa perspectiva econômica, produtiva ou social, depende de ações e/ou políticas de médio e longo prazos para que se consolidem. E, para isso, é imprescindível a efetiva intervenção das esferas públicas, privadas e da sociedade civil organizada.

## 9 Considerações finais

A discussão acerca do desenvolvimento pode conduzir a diferentes desdobramentos, tendo em vista a sua característica multidimensional e complexa. Além da dificuldade em conseguir avanços efetivos em termos de melhoria da qualidade de vida, de bem-estar e de distribuição de renda, a mensuração desses indicadores também é instigante e desafiadora.

No âmbito desta pesquisa, verificou-se que o Corede Médio Alto Uruguai apresentou evolução significativa no período de 1991 a 2010, tanto no índice de desenvolvimento humano (IDHM) quanto no índice de concentração de renda (Coeficiente de Gini), mesmo quando comparado aos resultados agregados, em escalas nacional e estadual.

Esses resultados são deveras importantes, pois representam uma melhoria da gestão municipal e delineiam subsídios promissores para o planejamento e a implementação futura de políticas públicas adequadas às realidades locais.

## Referências

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – versão 1.0.0. **Software contendo os dados do IDH dos municípios brasileiros**. 2013. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2017.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Índice de Desenvolvimento Humano IDH e IDHM**. (2010). Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>>. Acesso em: mar. 2017.

BERNARDELLI, Luan Vinicius; SORGI, Fernando Antônio. Desenvolvimento econômico regional: uma investigação sobre a microrregião de Cornélio Procópio, Paraná (PR) para os anos de 1991 a 2012. **Economia & Região**, v. 4, p. 139-152, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico - TD 157**. São Paulo: FGV-EESP, 2006 (EESP/FGV - Textos para Discussão / Working Paper Series).

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. **A democracia reduz a desigualdade econômica?** 2014. 214 pp. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

FRANCO, Cleiton; ANUNCIATO, Karine Medeiros. Desenvolvimento humano e desigualdade regional: uma discussão para o estado de Rondônia. **Revista Unemat de Contabilidade**, v. 5, n. 9, p. 138-153, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI, Edegar (Org.). et al. **Plano estratégico de desenvolvimento regional**. Frederico Westphalen: Grafimax, 2010.

KUNZ, Sidelmar Alves da Silva; ARAUJO, Gilvan Charles Cerqueira de; VITORIANO, Helciclever Barros da Silva. A concepção de desenvolvimento humano como liberdade: diálogos com o espaço geográfico. **Revista Georaguai**, Barra do Garças, v. 4, p. 179-203, 2014.

MACHADO, Bruna Braun; VIEIRA, Edson Trajano. Aspectos do crescimento econômico e do desenvolvimento humano no município de Jambeiro na década de 2000. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 3, p. 1-13, 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

ORLOWSKI, Rosemari Fátima. **O desenvolvimento regional: uma análise socioeconômica da associação de municípios do oeste de Santa Catarina - AMOSC**. 2005, 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2005.

PINTO, Jeronymo Marcondes. **Crescimento econômico e desigualdade de renda no estado de São Paulo: uma análise das disparidades regionais**. 2007, 101 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

PNUD. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em 25 mar. 2017.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **Estudos dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do paraná**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. 2006, 393 f. Doutorado em Controladoria e Contabilidade. Institui o de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioecon mico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 1, v. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

SOUZA, Ricardo Mattos de. **Crescimento econômico e desigualdade na distribui o de renda no Brasil de 1970 a 2007**. 2009, 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciências Econ micas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.